



2/3 • Correio Braziliense • Brasília, sexta-feira, 23 de outubro de 2026

»Entrevista | GERALDO ALCKMIN | VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Candidato afirma que, para atrair os indecisos, é preciso comparar os concorrentes: um que defende o Estado de Direito, e o outro que tem "saúde da ditadura". Ele defende os avanços na gestão Lula e diz que ajuste fiscal não pode ser ao custo de recessão

“Fortalecer a democracia e mostrar as diferenças”

» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
» DENISE ROTHENBURG
» MARIA BEATRIZ GIUSTI

Candidato à reeleição na chapa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) disse que a estratégia da campanha para virar votos é a humildade e o diálogo com os eleitores. “Vamos conversar com os eleitores que não foram votaram. Vamos conversar também com quem votou em outro candidato. Eleição é comparação. Nós defendemos a democracia, em que é o povo que decide. E os nossos adversários têm saúde da ditadura. É preciso respeitar a Constituição, fortalecer a democracia e mostrar as diferenças”, ressaltou, em entrevista no programa CB.Poder, parceria entre o **Correio** e a TV Brasília. Alckmin comentou sobre a sua confiança para o segundo turno. “Há um enorme crescimento da candidatura nas ruas e nas redes”, destacou.

O vice-presidente também defendeu uma apuração sobre a eventual interferência da Meta nas eleições. “Ela reconheceu que houve prejuízo para a campanha do presidente Lula. O que justificou foi que não teria sido proposital. Ora, não é possível ter uma atitude discriminatória que acabe beneficiando um candidato e prejudicando outro. Então, é preciso, sim, verificar isso”, frisou. A seguir, a entrevista do vice-presidente e candidato à reeleição:

Nos últimos dias, a campanha do senhor e do presidente Lula fez críticas a uma possível interferência da Meta nas eleições brasileiras. Como avalia essa situação e a atuação de agentes externos na disputa eleitoral?

Há uma preocupação, porque, no caso da Meta, ela reconheceu que houve prejuízo para a campanha do presidente Lula. Isso ela reconheceu. O que justificou foi que não teria sido proposital, mas admitiu que houve prejuízo à campanha. Ora, não é possível ter uma atitude discriminatória que acabe beneficiando um candidato e prejudicando outro. Então, é preciso, sim, verificar isso.

Como o senhor avalia ser possível reverter o cenário nos últimos dias de campanha?

Nós percebemos nitidamente um crescimento nas ruas e nas redes. A última pesquisa Quaest mostra que a diferença é de 1%, praticamente um empate técnico. A nossa campanha, a do presidente Lula, está crescendo. O que vale é a curva, que mostra uma rejeição cinco pontos menor para nós: 52% de rejeição para o nosso adversário, e 47% para o presidente Lula. No segundo turno, esse é o fator decisivo. No primeiro turno, tenho 12 candidatos, mas preciso escolher um. No segundo turno, tenho dois: rejeito um e voto no outro. Então, esse é um fator importantíssimo. E percebemos, estou chegando agora do interior de São Carlos, que há um enorme crescimento da candidatura nas ruas e nas redes.

Qual será a estratégia da chapa do senhor e do presidente Lula para conquistar os eleitores que ainda estão indecisos?

Reprodução/TV Brasília



Eleição é comparação. Nós defendemos a democracia, em que é o povo que decide. E os nossos adversários têm saúde da ditadura. Quem não acredita na democracia não deveria nem disputar a eleição. A primeira diferença é essa: o apreço pela democracia”



Há uma preocupação, porque, no caso da Meta, ela reconheceu que houve prejuízo para a campanha do presidente Lula. O que justificou foi que não teria sido proposital. Ora, não é possível ter uma atitude discriminatória que acabe beneficiando um candidato e prejudicando outro”

eleição, em 2022, o nosso resultado foi de 55% para Bolsonaro e 45% para Lula. A diferença foi de 10 pontos percentuais. Reduzimos de 36 para 10. E tenho convicção de que, nesta eleição, a diferença será menor. Ela será ainda menor. Então, estamos trabalhando, procurando reduzir a rejeição e explicar. Em política, você não obriga, você conquista. Então, é preciso explicar e esclarecer: o Brasil melhorou na educação, melhorou na saúde, o desemprego caiu, melhorou no meio ambiente, o desmatamento diminuiu, sediamos a COP30, e o PIB cresceu bem mais do que no governo anterior. Então, acho que nós vamos avançar mais, e precisamos avançar mais para alcançar esse objetivo.

Por que o aumento do teto do MEI e o perdão de dívidas estão sendo implementados apenas agora, às vésperas das eleições?

Quem criou o MEI e o Simples Nacional foi o presidente Lula no seu outro mandato. Essa proposta de aumento do teto do MEI já tramita há vários meses no Congresso Nacional. A boa notícia é que o microempreendedor individual (MEI) já teve sua dívida tributária zerada. São 3,6 milhões de microempreendedores. A dívida bancária será comprada pelo governo, o desconto mínimo de que vai a 90%. O teto, que é de R\$ 81.000, sobe para R\$110.000, e depois para R\$ 140.000. Nós queremos que o microempreendedor cresça, possa prosperar ter mais oportunidade. Em vez de ter um empregado, ele vai poder ter dois empregados. Eu diria que são medidas importantes. Hoje têm muitas pessoas que querem ser empreendedoras. Eu estive em Heliópolis, aqui em São Paulo, são 100.000 pessoas, é uma cidade. Cada portinha é uma atividade empreendedora: é a manicure, é o barbeiro, é a cabeleireira, é a lanchonete, é a venda de fruta, é a oficina, é a venda de roupa. Isso não é pequeno nem micro, são gigantes que ajudam a economia brasileira, ajudam a economia local, distribuem renda.

O senhor criticou nas redes sociais a promessa dos adversários de cortar até R\$ 250 bilhões em gastos públicos. Acredita que esse corte é viável?

Primeiro, disseram lá atrás que iriam desvincular o ganho real do salário mínimo das aposentadorias. Setenta por cento dos aposentados e pensionistas do INSS recebem um salário mínimo. Então, imagine: você ganha R\$ 1.621 e, às vezes, é uma pessoa idosa, com problemas de saúde. Tirar R\$ 40 dessa pessoa, que é o ganho real, não é correto. É preciso fazer ajuste fiscal, mas sem levar o país à recessão, como estamos vendo na Argentina, com empresas fechando, trabalhadores desempregados, perda de renda e a população passando privações. Não é esse o caminho.

E quais são os planos do governo Lula para as contas públicas em 2027?

Nós defendemos o ajuste fiscal. Nós vamos fazê-lo, mas em cima do desperdício e dos privilégios, fazendo a economia crescer. O PIB cresce, e você segura a despesa. Assim, melhora a relação dívida/PIB, sem levar o país à recessão e ao desemprego.

O que dá para cortar nesse ajuste fiscal?

Muito, muito. Vamos pegar os supersalários. É impressionante: há setores em que se ganham R\$ 300 mil, R\$ 350 mil, R\$ 400 mil. As emendas parlamentares também têm valores extremamente elevados. Eu fui deputado federal e sei disso. É preciso avaliar os incentivos fiscais, sua eficiência e seus resultados. Nós não vamos fazer ajuste fiscal levando as pessoas à miséria. O presidente Lula tirou 30 milhões de pessoas do Mapa da Fome. Derubamos o desemprego para 5,4%. O governo anterior retirou impostos de jet skis e de armas de fogo. Lembrando que 90% dos feminicídios, ou assassinatos de mulheres, são cometidos com armas de fogo. Nós retiramos o Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5 mil e reduzimos o Imposto de Renda de

quem ganha até R\$ 7.350. A reforma tributária vai deixar a cesta básica isenta de impostos. Vamos zerar os impostos sobre os alimentos. Isso vai ajudar a reduzir os preços. A economia cresceu, fizemos acordos comerciais — Mercosul-Singapura, Mercosul-EFTA e Mercosul-União Europeia. Em apenas cinco meses, o acordo Mercosul-União Europeia aumentou em mais de 30% nossas exportações para a Europa. Mesmo com o tarifaço americano, estamos batendo recordes de exportação.

No último debate, o presidente Lula desafiou Flávio Bolsonaro a abrir seus sigilos. Qual é a posição do senhor sobre a transparência dos dados de figuras públicas?

O que eu percebi sobre o debate, primeiro, foi o desrespeito do nosso adversário. Segundo, ele não respondeu a nenhuma das perguntas que foram feitas. Foi aí que o presidente Lula falou sobre a questão do sigilo. Na minha visão, tem de ser pública e transparente. Quem não quiser prestar contas tem que ir para o setor privado. A vida pública pressupõe transparência permanente. Você está permanentemente explicando e prestando contas. Nós precisamos da luz do Sol, precisamos de transparência sobre as questões. Eu acho que é isso que a sociedade quer, é isso que a sociedade deseja. Gostei muito quando o presidente Lula disse: “Olha, eu quebro o meu sigilo, o da minha família, o de quem precisar”. E o que vimos, com todas as exigências de Flávio Bolsonaro — 19 exigências —, foi uma desculpa para não quebrar sigilo nenhum e não prestar contas à sociedade, como é dever de todo homem público.

Qual é a sua expectativa para o debate de amanhã, o último encontro entre os candidatos à Presidência? O senhor acredita que haverá novos episódios de tensão, como ocorreu na TV Bandeirantes?

Eu sempre participei de todos os debates: como candidato a prefeito da capital paulista, nas quatro vezes em que fui candidato a governador do estado de São Paulo e nas duas vezes em que fui candidato a presidente da República. O debate é importante porque é mais espontâneo, não é algo produzido por marqueteiros. É mais verdadeiro e permite uma comparação melhor. O debate é um ponto alto da campanha eleitoral. Ele permite elucidar questões e tirar dúvidas sobre como avançar na economia, na educação, na saúde e na área tributária. Foi feita a reforma tributária. Nós defendemos a reforma do Judiciário. O presidente Lula fez a primeira reforma, com a criação do CNJ e do CNMP, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, estabelecendo o controle externo. Na época, o ministro da Justiça era Márcio Thomaz Bastos, e o presidente do Supremo era Nelson Jobim. Agora, queremos fazer a segunda reforma do Judiciário, para discutir os critérios de escolha dos ministros. Não deveria ser uma escolha pessoal, mas um processo em que um conselho selecionasse os melhores juristas do país. É preciso discutir os critérios de escolha e o mandato,